

Zero Hora (RS) – 04/03/2008

Superestatal do setor elétrico provoca reação

MP que amplia abrangência da Eletrobrás poderá ser votada hoje. A necessidade de investimentos no setor foi o principal argumento usado ontem pelo presidente interino da Eletrobrás, Valter Cardeal, para defender a formação de uma superestatal do setor elétrico. Novas regras que reforçam a empresa estão contidas na Medida Provisória 396/2007, a qual pode ser votada hoje no Senado.

- É um desejo do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformar a Eletrobrás numa empresa equivalente à Petrobras - afirmou Cardeal, ao participar da inauguração da subestação Gravataí 3.

Segundo Cardeal, a MP 396 retira a limitação da Eletrobrás em participações em parcerias público-privadas, amplia o acesso a parcerias com empresas multinacionais e a financiamento externo. A proibição de que a estatal tenha controle de projetos em parceria, ressaltou o presidente interino, "tem impedido que a Eletrobrás faça alguns investimentos atrativos e interessantes do ponto de vista econômico-financeiro".

- Esta lei vai auxiliar que a gente tenha acesso a crédito mais barato e possa, de forma mais intensa e mais robusta, fazer frente aos investimentos de que o país necessita na infra-estrutura do setor energético - disse Cardeal.

Uma das providências está em andamento, relatou o presidente: o cadastramento na SEC (a reguladora do mercado de capitais dos Estados Unidos) para adequação à lei Sarbanes-Oxley, que permitirá emitir papéis no nível 2. Atualmente, já são negociadas ADRs (American Depositary Receipts) da Eletrobrás no nível 1.

Executivo teme critérios políticos em nomeações

No entanto, o plano de dar mais poder à Eletrobrás é alvo de críticas. **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, teme uma reestatização do setor elétrico e critica a forma de apresentação da proposta, embutida no meio de uma medida provisória que se apresenta com o objetivo de "autorizar a União a permutar certificados financeiros do Tesouro".

- Há o risco de destruição de valor, inclusive dividendos que poderiam ser usados em saúde e educação, se for aplicado dinheiro num projeto que faça a empresa perder dividendos - avalia Sales.

Para o executivo, faltam regras seguras de governança corporativa nas estatais, e ele cita como exemplo esse momento em que se discutem indicações "eminentemente políticas" para a Eletrobrás, quando o ideal seria ter "gestores indicados pelos melhores critérios usados na iniciativa privada". Interino há mais de um ano, Cardeal limitou-se a dizer que "as novas configurações e arranjos da diretoria executiva são estabelecidos entre ministros e a Presidência da República". Mas garantiu:

- Os cargos técnicos serão exercidos necessariamente por técnicos.